

Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 24.662 - RS (2015/0181030-0)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS
AGRAVANTE : MARCELO ROBERTO ZENI
ADVOGADO : ALEXANDRE GEHLEN
AGRAVADO : UNIÃO
AGRAVADO : CELSO LUIZ NUNES AMORIM
AGRAVADO : FERNANDO DAMATA PIMENTEL
AGRAVADO : GUIDO MANTEGA
AGRAVADO : HELENA MARIA DE FREITAS CHAGAS
AGRAVADO : LUIS INACIO LUCENA ADAMS
AGRAVADO : MARCO ANTONIO RAUPP
AGRAVADO : MIRIAN APARECIDA BELCHIOR
AGRAVADO : PAULO BERBARDO SILVA
AGRAVADO : PAULO SERGIO OLIVEIRA PASSOS
AGRAVADO : TEREZA HELENA GABRIELLI BARRETO CAMPELO
AGRAVADO : WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MEDIDA CAUTELAR. RECURSO ORDINÁRIO. ADVOGADO QUE ASSINA DE FORMA DIGITAL A PETIÇÃO RECURSAL. PROCURADOR FEDERAL. VEDAÇÃO PARA ATUAR NO FEITO POR IMPEDIMENTO (LEI 8.906/94) E PROIBIÇÃO (MP 2.229-43/2001). NÃO CONHECIMENTO.

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que concedeu liminar para atribuir efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto contra sentença que determinou a ilegalidade de pagamento de verbas previstas na Lei n. 9.292/96.

2. O agravo regimental foi assinado digitalmente (fls. 471-484) por advogado diverso do que o firma de modo mecânico; todavia, a jurisprudência do STJ é clara ao afirmar que "*(...) a opção pela utilização do meio eletrônico de peticionamento implica na vinculação do advogado titular do certificado digital ao documento chancelado, considerando-se-o, para todos os efeitos, o subscritor da peça (...)*" (AgRg na APn 675/GO, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Corte Especial, DJe 12.12.2014).

3. O subscritor da peça recursal não pode atuar no presente feito em razão da sua condição funcional de procurador federal, vinculado à Procuradoria-Geral Federal, criada pela Lei 10.480/2002; portanto, possui impedimento para advogar contra a fazenda pública que o remunera (art. 30, I da Lei n. 8.906/94) e

Superior Tribunal de Justiça

possui proibição expressa para atuar na advocacia fora das suas atribuições institucionais (art. 38, § 1º, I da Medida Provisória 2.229/2001).

Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães (Presidente) e Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3a. Região) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 24 de novembro de 2015(Data do Julgamento)

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator